



Diálogos

ISSN 2177-2940



Ecocídio dos corpos: sobre a saúde no neoliberalismo

[doi https://doi.org/10.4025/dialogos.v27i2.64206](https://doi.org/10.4025/dialogos.v27i2.64206)

Anna Amélia de Faria

[ID https://orcid.org/0000-0001-6354-4820](https://orcid.org/0000-0001-6354-4820)

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Salvador-BA, BR

E-mail: anna.annamelia7@gmail.com

Mônica Ramos Daltro

[ID https://orcid.org/0000-0002-5579-0914](https://orcid.org/0000-0002-5579-0914)

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Salvador-BA, BR

E-mail: monicadaltro@bahiana.edu.br

Carlos Alberto Ferreira Danon

[ID https://orcid.org/0000-0003-1196-5185](https://orcid.org/0000-0003-1196-5185)

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Salvador-BA, BR

E-mail: carlosdanon@bahiana.edu.br

Ecocide of bodies: about health in neoliberalismo

Abstract: This essay analyzes some of the interactions between the body, health and politics and power over time, exploring how these interactions shape our individual and collective perceptions and influence historical and social trajectories, particularly in the Brazilian context. Three categories of analysis delineate readings on the triad of body, health, and politics, which are historicized through: Trajectories in Modernity, Neoliberal Trajectories in Contemporary Times, and Fragments of Brazilian Trajectories. The goal is to historicize how the body as a category is the object of control and subordination by science, molded by normative categories, hegemonic references, and structures of power. Health and its conceptual derivations have been entwined with the deterministic universalizing modern/colonial model, projecting ways of being, falling ill, and succumbing within a perspective that stratifies ways of living. The trajectories are histories concerning conceptions of health and the body, accentuating the effects of the modern logic of training through biopower and consumption in the neoliberal logic of psychopolitics. It is discussed how the physical body, the body as a person, mirrors senses and meanings of selves and us, subjectivities and collectivities weaving choreographies of bodies that associate with the territory through an expression of culture, encompassing complicities, dissidences, insurgencies, negotiations, and confrontations. Finally, it signals segments of the violent Brazilian trajectories where ecocide is woven.

Key words: Health; Body; Policy; Neoliberalism; biopower.

Ecocidio de los cuerpos: sobre la salud en el neoliberalismo

Resumen: Este ensayo analiza algunas de las interacciones entre el cuerpo, la salud, la política y el poder a lo largo del tiempo, explorando cómo estas interacciones moldean nuestras percepciones individuales y colectivas e influyen en las trayectorias históricas y sociales, particularmente en el contexto brasileño. Tres categorías de análisis delinean lecturas sobre la tríada de cuerpo, salud y política, que se historizan a través de: trayectorias en la modernidad, trayectorias neoliberales en la época contemporánea y fragmentos de trayectorias brasileñas. El objetivo es historizar cómo el cuerpo como categoría es objeto de control y subordinación por parte de la ciencia, moldeado por categorías normativas, referencias hegemónicas y estructuras de poder. La salud y sus derivaciones conceptuales se han entrelazado con el modelo determinista universalizador moderno/colonial, proyectando formas de ser, enfermarse y sucumbir dentro de una perspectiva que estratifica las formas de vivir. Las trayectorias son historias sobre concepciones de salud y del cuerpo, acentuando los efectos de la lógica moderna del entrenamiento a través del biopoder y el consumo en la lógica neoliberal de la psicopolítica. Se discute cómo el cuerpo físico, el cuerpo como persona, refleja

FARIA, Anna Amélia de; DALTRO, Mônica Ramos; DANON, Carlos Alberto Ferreira. Ecocídio dos corpos: sobre a saúde no neoliberalismo

sentidos y significados de uno mismo y de nosotros, subjetividades y colectividades tejiendo coreografías de cuerpos que se asocian con el territorio a través de una expresión de cultura, abarcando complicidades, disidencias, insurgencias, negociaciones, y enfrentamientos. Finalmente, señala segmentos de las trayectorias violentas brasileñas donde se teje el ecocídio.

Palabras clave: Salud; Cuerpo; Política; Neoliberalismo; biopoder.

Ecocídio dos corpos: sobre a saúde no neoliberalismo

Resumo: Esse ensaio traçar uma análise de algumas interações entre corpo, saúde, política e poder ao longo do tempo, explorando como essas interações moldam nossas percepções individuais e coletivas e influenciam as trajetórias históricas e sociais, especialmente no contexto brasileiro. Três categorias de análise desenham as leituras sobre o trinômio corpo, saúde e política que são historicizadas a partir das: Trajetórias na Modernidade, Trajetórias Neoliberais na Atualidade e Fragmentos de Trajetórias Brasileiras. O objetivo é historizar como o corpo enquanto categoria é objeto de controle e subordinação pela ciência, moldado por categorias normativas, referenciais hegemônicos e estruturas de poder. Saúde e suas derivações conceituais têm sido enodadas ao determinista modelo universalizante moderno/colonial, que projeta formas de ser, adoecer e sucumbir em uma perspectiva de vida que estratifica viveres. As trajetórias são historicidades sobre as concepções da saúde e de corpo, realçando os efeitos da lógica moderna de adestramento pelo biopoder e de consumo na lógica neoliberal da psicopolítica. Discute-se como corpo-físico, corpo-pessoa espelha sentidos e significados de eus e de nós, subjetividades e coletividades tramando coreografias de corpos que se associam ao território por uma expressão de cultura, contemplando cumplicidades, dissidências, insurgências, negociações e enfrentamentos. Por fim, sinaliza recortes da violenta trajetórias brasileira onde o ecocídio é tramado.

Palavras-chave: Saúde; Corpo; Política; Neoliberalismo; Biopoder.

Recebido em: 30/06/2022

Aprovado em: 10/08/2023

A minha pele de ébano é a minha pele

A minha alma nua

Espalhando a luz do sol

Espelhando a luz da lua

Tem a plumagem da noite

E a liberdade da rua

Minha pele é linguagem

E a leitura é toda sua

[...]

E apesar de tanto não

Tanta dor que nos invade, somos nós a alegria da cidade

[...]

E a leitura é toda sua

(Antônio Jorge Portugal e Lazzo Matumbi)

Esse ensaio tenciona o território epistemológico ao discutir a conjuntura contemporânea neoliberal e as repercussões da produção de saber como dissidência insurgente e, paralelamente ou por outro lado, como campo narrativo para legitimá-la. O objetivo é historiar como o corpo enquanto categoria é objeto de controle e subordinação pela ciência moldada por categorias normativas, referenciais hegemônicos e estruturas de poder. O texto dá ênfase ao compromisso assumindo pelas leituras sobre a saúde com o modelo determinista moderno/colonial, destacando como as desigualdades e injustiças resultantes dessa abordagem se derramam na produção de vida.

Com essa perspectiva localizamos a influência da linguagem nesses processos de controle sobre os corpos e subjetividades. Interessa-nos problematizar no mal-estar deflagrado nas transações de captura de desejos e das imagens, perfazendo jogos de vida, cultura e cotidiano

A saúde, como dispositivo de ordenação de corpos, tem sido historicamente deslocado a partir de categorias normativas que se pretendem únicas, e circula com base em referenciais hegemônicos nas distribuições do poder oficial. Nessa linha, saúde e suas derivações conceituais têm sido enodadas ao determinista modelo universalizante moderno/colonial, que projeta formas de ser, adoecer e sucumbir em uma perspectiva de vida que estratifica viveres. Chimamanda Ngozi Adichile (2019) propõe uma importante discussão sobre os perigos de circunscrever a história a uma única história; para ela, esse percurso coloca-se como uma experiência que rouba a dignidade das pessoas, desenraiza singularidades e produz estereótipos que sustentam estruturas de poder e desigualdades sociais. No território brasileiro, essa perspectiva indigna fez-se ato em mais de 700.000 mortos pela COVID-19.

A racionalidade moderna, que dá substrato aos discursos sobre a ciência e a saúde, tem se apresentado como estrutura epistêmica de leitura e de ordenação das pessoas no mundo. Produz um certo tipo de ordenação que articula deterministas formas de produção de saber: produção que envolve a decodificação de significados mas, sobretudo, a atribuição de ordens, sentidos, enunciados, verdades e métodos de intervenção e controle sobre a natureza-objeto (LUZ, 1988), e, conseqüentemente, produz humanos também objetificados. Como aponta Michel Foucault no livro “Vigiar e Punir” (2007), demonstrando a ação instrumental da *sociedade disciplinar*, iniciada no século XVII, na Europa, a sociedade de então aspirava à arte do “bom adestramento”, formando corpos dóceis e obedientes:

O poder disciplinar é com efeito um poder que em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num modo. (FOUCAULT, 2007, p. 143).

Para Gabriel Nascimento (2019), a língua nacional congrega, em circuito de códigos e decodificações, critérios para a normatização e a idealização que compõem a paisagem colonial de nação. A semântica oficial de linguagem configura-se em um ente fundante do processo de colonização, para designação e nomeação dos estratos sociais legítimos às políticas e às visibilidades que se fazem emergir na modernidade. Na vivência da pandemia, milhares de mortos são números: de idosos, de negros, de vulneráveis, universalizados como corpos anônimos, mas não quaisquer. Nesse sentido, a negação do nome, a falta de nome e as reduções nominais são

dispositivos de bloqueio às circularidades de corpos sem previsão de universalidade nas estruturações coloniais. As línguas nacionais contemplam expressões textuais para designar uma universalidade, compatível às ordenações, que fecunda o terreno liberal. Por filiações nominais, as pessoas ocupam a produção e o consumo para construtos identitários supostos em legitimidade de méritos, portanto, legítimos para consagrações hegemônicas.

A produção de novos ciclos semânticos, ressignificando sentidos ou invertendo significações negadas ou minorizadas, torna-se uma ação afirmativa de identidades coletivas, colocadas nas margens fronteiriças da inclusão e dos acessos de poder, e isso diz de um conceito de saúde. O corpo-linguagem das dissidências, que promovem insurgências, recriam a linguagem em expressões que subvertem a gramática litúrgica da linha, das regras, das concordâncias e, sobretudo, da ordem discursiva regulada. O corpo-linguagem insurge para dizer sobre si, em alteridade com as identidades compartilhadas nas margens, criando e recriando falas e falares de lugares próprios, para uma alternativa decolonial, para uma forma de cuidar.

Concepções de lógica organicista, que advêm como noção estatutária, assumem o *locus* indiscutível de um saber moderno, dominador e denominador, amarrando as pessoas, inclusive, na recusa de acompanhar seus dizeres sobre si. O primeiro gesto de dominar desenha uma estrutura de controle que se desdobra em padrões supostos de estética-corpo linear, e por controle dos corpos por interdições de territórios; o segundo denominador prescreve regras de ser em perspectivas identitárias fixas, que se afirmam pela violência ou pela negação da alteridade. Dominação e denominação se associam, em ações congruentes, para estabelecer perfilações sociais, em oposição às negociações das diferenças, inviabilizando, no fato de não deixar dizer, as possibilidades de coexistências negociadas; afirmadas, extensivamente, em geografia epistemológica imperativa, na qual o corpo apresenta-se como superfície onde o poder incide. Com isso, incontáveis e diversos modos de produção abarcam o campo neoliberal da saúde, território onde o corpo docilizado e obediente é entregue a uma discursividade que busca a produção de idênticos.

A compreensão epistemológica dessa saúde hegemônica insinua ideias e práticas empreendidas, para assentar a presença totalizante da razão moderna e de seu ordenamento, atrelado à constante obtenção de bens, pois o modo de cuidar se incumbe, enquanto um poder, de narrar es/histórias e produzir verdades, evidências, garantias e certezas, vinculadas a seus interesses. Nessa dominância, é fácil detectar quem impõe o sentido, o curso e os estereótipos.

Byung-Chul Han (2018), filósofo da atualidade, na pista inscrita por Michel Foucault (2007), rememora os conceitos de *biopoder*, enquanto um agenciador capaz de alcançar âmbitos da vida, para controlá-la. Ele articula o biopoder à *biopolítica* e sua seletividade, pois ocupa-se de corpos, natalidade, manutenção e mortalidade atrelada a essa modernidade vigente. Entretanto, Han

(2018) destaca como o neoliberalismo desdobra a lógica capitalista, e seus históricos modos de produção disciplinar, em uma nova transcendência onde o capital é o novo senhor e a política da servidão é ressignificada, agora, em uma *psicopolítica* enquanto noção organizadora do íntimo, atravessando, portanto, as dimensões dos corpos, em diferenças e em diversidades. Ou seja, a psicopolítica controla o íntimo que compõe as pessoas em expressões singulares e em expressões coletivas assumo o corpo além do biológico e social e dá protagonismo à saúde mental. O filósofo coreano destaca, em seu texto, hodiernamente, as formas de capitalização capilarizada dos dados dos usuários da internet, seus comportamentos e ações computados em enormes bolsões de registro e negócios; um outro grau de panóptico, dispositivo de controle visível, inicialmente elaborado pelo filósofo Jeremy Bentham no século XVIII (HAN, 2016). O panóptico, paradigmático para a construção do poder disciplinar da modernidade, reafirma-se em uma nova perspectiva na atualidade, moldando comportamentos e produções subjetivas que se derramam nos modos de viver (HOFFMAN e BIRMAN, 2018).

Nesse cenário, o sujeito, tomado e tornado coisa, será narrado em grandes malhas de estreita e inexorável significação; seja na metafísica da sanha de negociação neopentecostal, ou enquanto organicismo clínico; precipita-se em bloco, tal e qual uma multidão de zumbis apresentados nos filmes e nas séries, tão em voga, na nossa época: criaturas que agem em lógica expansionista, devoradora e sem vontade, consumidores acrílicos, de poucos sentidos de memória, e significados vazios de existências.

O mal-estar dessa história que, de maneira insistente, busca construir uma única história sobre as formas de existir, torna difícil o reconhecimento das humanidades, das diversidades e das singularidades (AGAMBEN, 2012). Eis o paradoxo: o indivíduo prospectado na sua vida íntima - visto em seus desejos e inclinações -, tomado na rede como consumidor, tem a sua subjetividade capturada, sua existência aprisionada. Mas, nos ensina Freud, o desejo insiste, o inconsciente insiste. Em períodos sombrios, façamos então outras apostas: o conceito de pensamento decolonial – entendido como criador de outras conexões, a partir dos saberes de outras geografias – deverá ser ligado à saúde, gerando efeitos contrastantes à lógica mortífera da modernidade, atualizada no neoliberalismo. Há, então, que se buscar narrativas que, mais do que saída, apontem possibilidades de deslocamento.

Ao abordar a psicopolítica, sua relação com o capitalismo e sua insistente produção de desigualdades e mortes, esse texto busca fornecer leituras alternativas para desafiar a lógica opressiva da modernidade. O objetivo é historizar como o corpo enquanto categoria é objeto de controle e subordinação pela ciência moldada por categorias normativas, referenciais hegemônicas e estruturas de poder., por conseguinte, promover uma compreensão mais afirmativa e inclusiva da

saúde e de corpo como compósito de subjetividade expressão que requer política para a efetividade do direito circularidade, visibilidade e expressão de uma trilha de existência de si que reflete processos de coexistência e de compartilhamento com o outro.

Neste ensaio três categorias de análise desenham nossas leituras sobre o trinômio corpo, saúde e política que são historicizadas a partir de trajetórias na modernidade, trajetórias neoliberais na atualidade e por algumas notas sobre um recorte de trajetórias brasileiras.

Trajetoórias na Modernidade

Ao longo das histórias e das geografias, inúmeras formas de cuidado, combinadas a variadas tecnologias, ocorreram e ocorrem. Entretanto, há, pela parte ocidental, sucessivas ocorrências vindas, pelas mãos de grupos específicos, com suas avassaladoras e prepotentes formas de dominar, delimitar e organizar os territórios que, quando demarcados, apresentarão as narrativas dominantes, que se pretendem mais verdadeiras e últimas. A construção da ciência jamais decorreu sem movimentações de embates políticos, para consolidar deterministas epistemes, validadas enquanto verdades naturais, pois essas verdades, agenciadas por dispositivos técnicos, permitem o apagamento de seu caráter provisório e positivo.

Na produtiva racionalidade moderna, a ciência instaura um discurso onde as categorias “vida”, “saúde” e “curas”, antes alocadas como afirmação da vida, passam a ser vinculadas à ausência de sintomas - perspectiva que faz precipitar um sujeito moderno, espécie de máquina individualizada, ponto em meio ao plano maior de manipulação, que ordena e menta a vida, e os modos de viver de cada um. Vinculada à ideia de saúde, está a valorização hierarquizada que aponta para quem pode produzir verdades sobre a saúde; mais ainda, quem pode pautar a agenda de como, quando e quais discussões deverão se realizar. Há uma mentalidade com endereço e características que substancializaram e dão face aos que produzem valores. A pretensão de uma neutralidade não ultrapassa e nem borra os domínios do gênero e da geografia.

Trata-se, segundo Luz (1988), inspirada na leitura de Foucault (2015), da produção de uma lógica social baseada num projeto higienista-conservador, de natureza disciplinar, que atravessa a história da ciência, caracterizando-a como uma Ciência-de-Estado, ou seja, dirigida às populações, classes sociais, que se afirma a partir de uma neutralidade discursiva e um conhecimento objetivo, cujo objeto é a patologia. A concepção de corpo como organismo foi fundamental para estabelecer e sustentar as categorias “Normal” e “Patológico”, no século XIX, expandindo-se para os campos da filosofia e da psicologia, através do protagonismo dado ao método.

Nesse contexto disciplinar, ordem e medida assumem o protagonismo como referência de ligação entre diferentes elementos, dando substância a essa racionalidade científica que produz uma

cisão entre o saber e o ser, fragmentação fundamental para viabilizar o protagonismo do método analítico (CZERESNIA, 1997). Algo necessariamente se distancia, e o conhecimento ocorrerá em um exclusivo e excludente polo: o do conhecedor, ciente e racional, que observa o que queda na condição apassivada de objeto, conforme mentado pelos físicos mecanicistas (CANGUILHEM, 2012).

Essa concepção metodológica e desenvolvimentista se solidifica ao longo do século XIX, quando a ciência se firma como discurso regulador e ordenador da sociedade. Na tentativa de consolidar modelos e modos mais capazes de explicar a vida e a morte, a ciência aufere ao corpo uma exclusiva perspectiva anátomo-fisiológica, a ser compreendida pelo desvelamento das partes do corpo e seu funcionamento. Dessa lógica, a classificação impõe traço objetivo para segregar pessoas individuais e pessoas coletivas, em fronteiras que envolvem lugares estratificados de poder, desdobramentos da compreensão moderna que vincula medidas ao conhecimento. Medido e ordenado, o organismo terá uma tipificada e taxonomizada saúde como bem supremo. Assim sendo, a doença realiza-se como expressão de uma perturbação na sua função normal, uma alteração quantitativa de fenômenos que estruturam a vida em seu estado normal. (CANGUILHEM, 2012).

A concepção do indivíduo se fortalece, ancorada no ideário de existência de um micro-organismo individual, parte de um macro-organismo social. O princípio teórico unificador desdobra-se em preconizar prática, baseando-se em evidências, ou seja, elaboração de diagnósticos e conduta terapêutica, referidos em resultados de estudos de análise de risco-benefício, e experimentos clínicos randomizados e controlados, publicados em periódicos especializados. Princípios epidemiológicos, atrelados a princípios bioestatísticos, dão visibilidade a processos que forjam a totalidade do espaço social, regulando os indivíduos-corpos (HOFFMAN e BIRMAN, 2018).

Esse movimento se desdobra ao longo da história, e a ciência, como afirma Lacan (2001), assume uma posição de produção de verdades e amplia suas proporções discursivas na vida cotidiana. Nesse contexto, a medicina, em sua faceta mecanicista, vai construindo uma forte aliança com as tecnologias, e produz "...toda sorte de fantasias em torno dos superpoderes e propriedades mágicas dos produtos médicos, fruto sobretudo de um verdadeiro mercado da saúde" (SOUZA E LIMA, 2017, p.61). Com esse cenário, a discursividade científica e biomédica assume um lugar privilegiado na lógica de controle social. A tecnologia se erige como elemento indiscutível, devido ao acervo de práticas objetivas.

Consolidada, a perspectiva biopolítica faz marca na sociedade disciplinar, e o capitalismo assume um lugar de mestre, ansioso por criar e ampliar o que será quantificado e pasteurizado, acondicionando consumidor em *massa*, domesticando e definindo populações a se tornarem aptas,

na busca de seus objetos de gozo e seus alívios para o mal-estar (SOUZA E LIMA, 2017). A pasteurização promove uma diluição das subjetividades e das coletividades, que se autenticam nos corpos, para fazer, ou, pelo menos, tentar fazer emergir corpos viáveis e corpos inviáveis. A viabilidade ancora-se nos acessos e nas políticas de proteção, construídas em um social-total demarcado, enquanto a inviabilidade encontra-se nas narrativas, sem eco e sem ação, das oficialidades próprias das políticas públicas. Essas últimas operam mais por silêncio, negação ou oratória, que por efetividade (MBEMBE, 2018).

Nesse contexto, se evidenciam sucessivos modos do capitalismo produzir lógicas de bens consumíveis, constituindo laços entre os organismos humanos objetificados e objetos humanizados, que assumem a posição de coisa/objeto em infinitas estratificações e modos de consumo, na luta contra a morte e o envelhecimento, enquanto a medicina oferece-se como ilusão da saúde perfeita, com garantias.

O ser humano, capturado por essa narrativa, passa a perseguir um estado de saúde que sustente sua capacidade de trabalhar, de consumir, e de possibilidade de ter prazer; perspectiva em que um tipo de saúde estabelece-se como um bem de consumo referenciado pela Organização Mundial da Saúde, que propõe pensar a saúde como bem-estar corporal, espiritual e social - e não apenas uma ausência de doença ou enfermidade. Trata-se, entretanto, de um estado utópico que ultrapassa a própria natureza humana. O estado de total bem-estar apregoado implica a busca opressiva por uma vida sem sofrimento, feliz, sem dor ou conflito, uma perspectiva que, gradualmente, assume uma posição impossível, na medida em que o sujeito precisa abrir mão de suas incongruências em nome de um ideal de existir (MACHADO, 2011). A Ciência de Estado faz-se, então, soberana para dizer sobre o viver e o morrer, prescindindo a escuta da pessoa que vive e vai morrer.

Eis o humano, supondo-se dominador de seu meio, e “impregnado por uma cultura de conquista e competição, enraizada e atualizada nos paradigmas científicos iluministas da modernidade europeia, e na interpretação de sobrevivência do mais forte, afetando dialogar com o ideário evolucionista de Charles Darwin” (MACHADO, 2011, p.317). São singularidades detentoras de corpos magros, atléticos, com marcas estéticas de padrões neoliberais, aceitáveis na sociedade globalizada mas, fundamentalmente, a serviço da produtividade atrelada aos discursos acachapantes e compulsivos, sobre qualidade de vida.

Em outras palavras, ao perseguir um ideal de imagem vitoriosa, muitas pessoas acabam apagando de sua corporeidade a história de sua vida e das gerações que o precederam, além de negarem os efeitos do tempo sobre a vida. Tem-se, então, uma pessoa congelada no presente, mantendo uma juventude falsificada pelas

possibilidades abertas no acesso à tecnologia (MACHADO, 2011, p.317)

Com essa perspectiva hegemônica, a saúde/ciência prioriza as *evidências* e esforça-se no apagamento e desconsideração das dicções de grupos, geografias e singulares. Vive-se, segundo Han (2017), uma sociedade de evidências, transparente, onde corpo e alma estão, pornograficamente, no foco da visão, num imperativo expositivo.

Trajetórias Neoliberais

Enquanto Foucault (2007) territorializava o corpo como uma realidade biopolítica, associada a um biológico corporal, Han (2018) problematiza o neoliberalismo, como uma mutação capitalista, absolutamente desinteressada dessas questões biológicas, somáticas ou corporais, na medida em que reconhece que a força produtiva se efetiva a partir de modos incorpóreos, imateriais, associada à *psique*.

Nesse cenário, onde o biopoder é atravessado pela psicopolítica, “(...) o corpo é liberado do processo imediato de produção e se torna um objeto de otimização estética ou técnica-sanitária” (HAN, 2018, p. 40). O poder, no regime neoliberal dispensa intermediários, garante que o indivíduo aja sobre si mesmo, reproduzindo os contextos de dominação de maneira refinada. O *ser humano* torna-se objeto de exploração.

O humano enquanto dono, senhor, gestor, administrador pragmático, sustentado por tecnologias auferidoras de saúde em todos os níveis de sua vida, parece ser a ficção da primeira década do século XXI. Acerca-se, entretanto, uma transformação que irá varrer do mapa os anseios e promessas de bem-estar, regulado pela aspiração de um suposto sujeito gestor suficiente. Vemos chegar, a passos rápidos e largos, uma nova ordem mundial, que não mais doura a pílula, apenas deixa e faz morrer. O mortífero afirma-se em diferentes níveis de letalidade, perfazendo sua mudança com toda crueza, até agora impensável para muitos.

Novas formas de exploração são cotidianamente inventadas no imperativo neoliberal que se dedica à busca das altas performances, na melhoria do desempenho, da eficiência. Nesse contexto, a autoestima, o empreendedorismo, a possibilidade de inovar, a autoajuda, otimismo, o corpo fitness, medicalizado, assume certa servidão voluntária. Colonizados os corpos, são, então, autoexplorados. Trata-se de pensar em uma estrutura de dominação/exploração que legitima uma maneira de se conceber o corpo, a saúde e o conhecimento ancorados na produção do capital, em uma lógica permanente e imanente, de se trazer a vida no patamar atado na ordem do consumo, em um desenho asfíxiante, mercadológico. O colonizador não está mais territorializado ou interessado em pequenas ou grandes diferenças, ele é o capital e busca lucrar com a precariedade dos corpos, das

subjetividades, guiado pela pulsão de morte (HAN, 2016, 2017, 2018)

A cultura do consumo, as redes sociais e a vigilância digital estão moldando as percepções individuais e influenciando os comportamentos, muitas vezes sem que as pessoas percebam. A tecnologia e a cultura digital, na atualidade, muitas vezes reforçam sistemas de controle e poder ressignificando o sentido da liberdade. As redes sociais criam uma forma de auto-exploração em que as pessoas exibem suas vidas em busca de validação constante, resultando em uma conformidade sutil e autoimposta (HAN, 2022).

O corpo como trânsito de performance e performatividade, como propõe Judith Butler (2010), sobre as questões de gênero, é aqui reafirmado para discutir os enodamentos corpo-saúde-existências. Essa perspectiva transitiva afirma o necessário, para seu exercício de dinâmica social visível, construir narrativas alternativas ao consumo e ao mercado. Os corpos dissidentes e insurgentes de gêneros, avessos às normatividades, propõem trânsitos paralelos à produção de massa, instituinte de uma estética de padrões, correções e determinação métricas, para existir em uma ética de consumo e em uma estética, relativamente, universal. A circulação de corpos autorais, construídos na pessoalidade, envolvem desejos e intervenções às margens das linhas de produção, rompendo a lógica da seriação do vestir e do compor corpos por desenhos projetados na higienização de um belo, suposto para decorar ou atribuir ordem, em compatibilidade a um padrão de saúde. A instituição, quando vinculada ao mercado ou a prescrições morais, derivadas das hegemonias, faz o corpo com parâmetros anteriores ao corpo-pessoa, estabelecendo composições para habitações corporais anteriores ao desejo, ao sentimento, às identidades pessoais e coletivas.

A performance e a performatividade, em reciprocidade dialógica, afirmam uma existência de vidas que constroem sentidos e significados em territórios afirmados na resistência. Assim, atribuem, à circularidade e à visibilidade, vias de confrontação que se desdobram em tramas de poder, atuando para fazer fissuras que rompem as tradições fixas, ao (re)significar, com outros traços, uma nova tela, o próprio corpo, onde se faz - ou se fazem - pintura ou pinturas. Essa dinâmica estabelece um contínuo entre a performance e a performatividade. Embora associadas para fazer vidas, a primeira focaliza uma dimensão de construção em texto de palco, ensaiado para o show de viver; a segunda, também, constrói trilha, mais ou menos, por vias de existir em sentido cotidiano. O palco reflete a trilha do mundo, e o mundo demanda a fantasia de um show. Então, menos que fronteiras, performance e performatividade encontram-se em dimensões corporais; para afirmarem o corpo como construção de um desejo. Ambas repercutem os movimentos das vidas singulares que importam à vida; para indicar pistas menos protocolares que compreendam saúde em sentido amplo, gramática semântica que pressupõe que a saúde está para atenção e cuidado às pessoas territorializadas em contextos associativos de cultura, de política e, sobretudo, de

singularidades.

Trajetórias brasileiras

O Sistema Único de Saúde - SUS concebido na Constituição Federal de 1988, no âmbito dos discursos da modernidade, propõe princípios como universalidade, integralidade e equidade, identificado como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Em seus fundamentos, a saúde está compreendida na perspectiva ampliada, ou seja, implica o ideário de qualidade de vida e a possibilidade de garantia de assistência, prevenção e promoção de saúde, a partir da intervenção do Estado e de uma lógica participativa democrática. Assim, o SUS é um campo-território político de expressão das trajetórias brasileiras tensionado por e entre corpos em seus processos de saúde.

Entretanto, o Estado Brasileiro sempre atuou como necroestado, espoliando e matando, lembrando a uma parte da população brasileira que ela não tem efetividade direitos. Nos últimos dez anos, vimos, no Brasil, o rebaixamento da agenda dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas adquiridos, do direito à vida e à saúde. Mais recentemente, por uma agenda de forças distintas em negociação mínima, emerge horizontes para afirmação, ainda que tênue, do estado republicano democrático e de direitos. Em uma escala maior, planetária, vemos se consolidar a política ecocida, apta e ávida para banir e queimar biomas da Amazônia que, até há pouco, pensávamos relativamente preservada.

O ecocídio, combinado às sucessivas cenas de morte por violência às pessoas e agressão incendiária ambiental, apresenta um outro parâmetro de realidade, outrora apresentado por Achille Mbembe em seu basilar “Necropolítica”. Matar se torna um assunto de alta precisão (MBEMBE, 2018). Há uma região em que o deixar morrer e o fazer morrer conjugam-se enquanto ordenamentos e gradações; entretanto, na medida do necro, o fazer morrer espalha-se no uso das tecnologias, não mais voltadas ao cuidado e controle da saúde dos vivos. Mas, se liga à tecnologia uma miríade produtiva, dessa vez, da morte. Outro exemplo cabal da produção ecocida é o número crescente de agrotóxicos, proibidos em outras partes do mundo, e liberados para o uso no território nacional, associados a vários tipos de doenças e cânceres. (INCA, 2019).

Ainda que afirmemos e desenhamos cenas insurgentes que repercutem potências de poder, existe uma guinada para um novo patamar de Estado, o necroestado, na medida em que exhibe a total ausência de compromisso com os direitos humanos, educação, cuidado com o meio ambiente; permitindo que se veja a saúde, tida anteriormente como último bastião de credibilidade e certezas, agora relegada ao território dos assuntos colocados em suspeição. Vemos a recusa das vacinas, onda mundializada, assim como todo aparato científico, outrora tido como regulador social, ser destituído

de seu lugar produtor de verdades. Essa recusa amplia-se em outras direções, em uma sociedade confeccionada sob narrativas que se produzem e se desfazem em si mesmas. Nota-se que, atualmente, nos deflagramos com ocorrências capazes de suplantar as preocupações com que vínhamos nos embatendo até aqui. Agora, há um abismo que abre e devora a tudo e a todos, a cada dia.

Considerações Finais

Este ensaio discute algumas produções subjetivas implicadas nas concepções de subjugação do corpo a partir da concepção de saúde, realçando a responsabilidade das lógicas modernas e neoliberais, que parecem nos levar ao encontro da pandemia e suas lógicas de descuido, especialmente na vivência brasileira. Nossa discussão é pela complexidade voltada aos ordenamentos científicos, mas não pelo apagamento em nome de perigosas crenças sem fundamento, mesmo que tensionemos, muitas vezes, o lugar dos fundamentos, a exemplo de discursos totais-totalitários e negacionistas.

A saúde, enquanto um dispositivo político, quando ambiciona universalidades, coloca-se como serviço do controle de corpos. Em seu modo de operar segue alicerçada na ciência moderna, discursando sobre uma universalidade produtora de desigualdades. Quando construída essencialmente por parâmetros fixos e universais, a ciência-saúde tem atuado para positivar ou negatizar corpos, apagando e desconsiderando dicções de grupos, geografias e singularidades.

Mas será essa uma posição sustentável?

A universalidade moderna contempla uma dimensão fundante do social-histórico: a institucionalidade republicana ocidental, movida por uma solidez instituída de busca supostamente neutra, e de caminhos regulados por fazeres de mérito. Entretanto, em perspectiva interativa dialógica, os projetos de fazer vida estão no terreno do local, na comunidade próxima às pessoas que refletem mundos em comunicação, compondo alteridades compartilhadas de saberes, distribuídos em dinâmicas de poder que contemplam negociação, conflito, autoconhecimento e conhecimento do outro.

A afirmação das experiências insurgentes contempla uma lógica de fazer e conceber, ou seja, com dimensões que envolvem práticas e epistemologias indissociáveis para compreender, ouvir e dizer sobre corpos-textos e corpos-contextos. Mais que corpo-físico, o corpo-pessoa espelha sentidos e significados de eus e de nós, subjetividades e coletividades que tramam coreografias de corpos que se associam ao território por uma expressão de cultura, contemplando cumplicidades, dissidências, insurgências, negociações e enfrentamentos.

O espetáculo corpo-coreografia expressa uma geografia política com sentidos que ultrapassa

o espaço físico, autenticando-o com marcas de humanidade-corpo, sentido histórico e cultural, promovendo texto histórico ao território. Do corpo-local, emerge o repertório ancestral e mais orgânico que desenha identidade e memória, diacriticidades de reconhecimentos, para compreensão de singularidades que ganham sentidos de pertencimentos coletivos, pelo protagonismo do corpo-pessoa. O corpo-pessoa coreografa para, na ultrapassagem das referências universalistas, falar de si, em coexistências de outros, ou outros corpos-pessoas. O corpo pessoa-vida autentica-se pela rubrica decolonial, quando se afirma pelo próprio referencial de si, para coexistir em plural de corpos em alteridades, em dialogicidade e em horizontalidade.

Em tempos de tiros, incêndios, milícias... uma utopia. Não, uma arte de viver, quando o corpo-pessoa assume corpos de resistências, de epistemologias. De aprender e de ensinar a viver. Por corpos-pedagogias.

E a leitura é toda sua.

E a leitura é toda nossa.

E, sobretudo, a leitura é toda minha.

Referências

- Agamben, Giorgio. (2012). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, Santa Catarina; Argos.
- Butler, Judith. (2010). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In Louro, G. L. (org.). *O corpo educado* (3a ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Canguilhem, Georges. (2012). *Estudos de história e de filosofia das ciências concernentes aos vivos e à vida*. Rio de Janeiro: Forense.
- Czeresnia, Dina. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997
- Foucault, Michel. (2015). *O nascimento da clínica*. 7ª, ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel. (2007). *Vigiar e punir*. 34ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Han, Byung-Chul. (2018). *Psicopolítica e as novas técnicas de poder*. Ed. Âyiné, Belo Horizonte, MG.
- Han, Byung-Chul. (2017). *Sociedade da transparência*. Petropolis, Vozes.
- Han, Byund-Chul. (2016). *No exame, reflexões sobre o digital*. Lisboa: Ed. Relógio D'Água.
- Han, Byund-Chul. (2022) *Não-coisas: reviravoltas do mundo da vida*. Petrópolis, RJ: Vozes,
- Hoffmann, Christian; Birman, Joel (Orgs.). (2018). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langagr/Université Paris Diderot.
- Instituto Nacional de Câncer (INCA). Ministério da Saúde. (2019). *Agrotóxico*.

- Lacan, Jacques.(2011). *O lugar da psicanálise na medicina*. Opção Lacaniana, n32, São Paulo, 8-14.
- Luz, Madel Terezinha. (1988). *Natural, Racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus.
- Machado, Renato Ferreira. (2011). *Humanidade, Saúde e Crise de Corporeidade na Pós-Modernidade*. Teocomunicação, Porto Alegre, 41(2): 315-324.
- Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições.
- Nascimento, Gabriel. (2019). *Racismo Linguístico, os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Editora Letramento.
- Souza, Leonardo Barros; Lima, Maria Celina Peixoto. (2017). *O vivo, o morto e o morto-vivo: viva e morte entre o discurso médico e as narrativas zumbi*. In: *A Psicanálise no Laço Social: Ciência, Capitalismo e Mal-Estar na contemporaneidade*. Org Pinheiro Rafael Lobato e Costa, Raul Max Lucas da Costa – Curitiba: CRV.